

## CAPOEIRA



Revista de Humanidades e Letras

ISSN: 2359-2354

Vol. 7 | Nº. 1 | Ano 2021

Francisco Erik W. M. da Silva

Marco Antonio Lima do Bonfim



DOSSIÊ ESPECIAL:

# Encruzilhada

Editores do Dossiê:

Lincoln Jesus Alencar Pereira (UNILAB);  
Cristiane Sousa da Silva (IFCE); Luiz Rufino  
(UERJ-FEBF); Ricardo Nascimento (UNILAB)

### Site/Contato

[www.capoeirahumanidadesletras.com.br](http://www.capoeirahumanidadesletras.com.br)  
[capoeira.revista@gmail.com](mailto:capoeira.revista@gmail.com)

### Editores

Fábia Barbosa Ribeiro  
[fabiaribeiro@unilab.edu.br](mailto:fabiaribeiro@unilab.edu.br)

Marcos Carvalho Lopes  
[marcosclopes@unilab.edu.br](mailto:marcosclopes@unilab.edu.br)

Pedro Acosta-Leyva  
[leyva@unilab.edu.br](mailto:leyva@unilab.edu.br)

# CONTRA O GENOCÍDIO NEGRO (MAAFA): POR UMA FILOSOFIA DE REDENÇÃO AFRICANA

## RESUMO

Este artigo tem como objetivo denunciar o **genocídio** e a **maafa** em que vive a população negra demonstrando a contribuição da filosofia grega para este processo de extermínio. Em contrapartida exporemos outra proposta filosófica que questiona o **racismo filosófico**. Desta forma, examinamos a obra *Legado Roubado* do filósofo George James focando no último capítulo, *Reforma social através da nova Filosofia de Redenção Africana*, no qual o filósofo se preocupa com a reeducação dos povos pretos e brancos evidenciando a importância de uma filosofia que reconhece a contribuição filosófica egípcia. Concluimos que a denúncia e o combate ao genocídio da população negra só podem ser possíveis através de uma mudança de paradigma filosófico.

**Palavras-chave:** Genocídio; Maafa; Racismo Filosófico.

## ABSTRACT

. This article aims to denounce the **genocide** and the **maafa** in which the black people live, showing the contribution of Greek philosophy to this process of extermination. We also expose another philosophical proposal that questions **philosophical racism**. This way, we examine the work *Stolen Legacy* by the philosopher George James focusing on the last chapter, *Social Reform throughout the new Philosophy of African Redemption*, in which the philosopher is concerned with the re-education of black and white peoples, highlighting the importance of a philosophy that recognizes the Egyptian philosophical contribution. We conclude that denouncing and combating the genocide of the black population can only be possible through a change in the philosophical paradigm.

**Keywords:** Genocide; Maafa; Philosophical Racism.



# CONTRA O GENOCÍDIO NEGRO (MAAFA): POR UMA FILOSOFIA DE REDENÇÃO AFRICANA

Francisco Erik Washington Marques da Silva<sup>1</sup>

Marco Antonio Lima do Bonfim<sup>2</sup>

## INTRODUÇÃO

O povo preto é um povo que vem sofrendo diversas mazelas desde quando nos<sup>3</sup> sequestraram de nossa terra, África, e nos trouxeram para as Américas e outros lugares, escravizando nossos corpos para fins econômicos e ao mesmo tempo para fundamentar a supremacia branca. No entanto, isso não quer dizer que nos conformamos com isso, pois estamos resistindo desde África aos ataques desumanos dos europeus e damos continuidade a nossa vida, nossa cultura e ancestralidade.

Esse artigo é mais um dos trabalhos escritos por dois pesquisadores negros, pois assim como Abdias do Nascimento – intelectual, artista e político negro brasileiro – escreveu no seu exímio livro “O Genocídio do Negro Brasileiro”, nosso objetivo não é exercer qualquer tipo de ginástica teórica imparcial e descomprometida, pois não podemos e não nos interessa transcender a nós mesmo como habitualmente cientistas sociais, filósofos ou linguistas declaram supostamente fazer em relação as suas investigações. Consideramo-nos parte da matéria investigada. Somente da nossa própria experiência e situação do grupo étnico-cultural a que pertencemos, interagindo no contexto global da sociedade brasileira, e que possamos surpreender a realidade que condiciona o nosso ser e o define. Situação que nos envolve como um cinturão histórico de

---

<sup>1</sup> Militante do Movimento Negro Unificado do Ceará (MNU-CE). Graduado em Filosofia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Mestrando do Mestrado Acadêmico Interdisciplinar em História e Letras (MIHL) da Universidade Estadual do Ceará (UECE, campus Quixadá) vinculado a linha 2: Gênero, raça e identidade e Integrante do Grupo de Estudos Discurso, Identidades, Raça e Gênero – GEDIRG – UECE. E-mail: francisco.erik@aluno.uece.br.

<sup>2</sup> Militante do Movimento Negro Unificado do Ceará. Bolsista de Pós-doutorado (PNPD-CAPES) no Mestrado Acadêmico Intercampi em Educação da Universidade Estadual do Ceará, UECE. Doutor em Linguística Aplicada, professor do Mestrado Acadêmico Interdisciplinar em História e Letras (MIHL - UECE) e coordenador, na linha de pesquisa Gênero, Raça e Identidades, do Grupo de Estudos Discurso, Identidades, Raça e Gênero – GEDIRG/UECE. E-mail: [marco.bonfim@uece.br](mailto:marco.bonfim@uece.br).

<sup>3</sup> Como o artigo é escrito por dois pesquisadores negros, não iremos nos abster de nos colocarmos enquanto participantes do povo preto, visto que o racismo assola todos os corpos negros, e por isso estamos de acordo com Abdias do Nascimento; “somos parte da matéria investigada” (NASCIMENTO, 1978, p.41). Deste modo, todo o texto está desenvolvido na 1ª pessoa do plural, para também demarcar a *racialização* destes corpos-autores.

onde não possamos escapar conscientemente sem praticar a mentira, a traição, ou a distorção de nossa personalidade (NASCIMENTO, 1978, p.41).

Deste modo, nosso compromisso é denunciar de forma veemente o **genocídio** ou **maafa** - fenômenos de sequestro, cárcere, escravidão, colonização, objetificação, guetificação e genocídio que a população negra, independente da territorialidade, sofre diretamente desde 1500 - e expor como a filosofia ocidental/grega contribuiu (u) para o processo de desumanização dos corpos negros africanos. Discorremos como a filosofia, principalmente a grega, legitimou e fundamentou o racismo, ou seja, o projeto de extermínio do povo preto africano a partir da desumanização dos corpos negros.

O artigo está dividido em quatro seções. Na primeira seção, discutiremos sobre os conceitos de “Raça e Racismo” colocando para debate o proto-racismo presente na Grécia e compreendendo que raça e racismo estão imbricados. Na segunda seção, intitulada “Maafa: Genocídio da população negra e contra-genocídio”, dissertaremos sobre o genocídio da população negra e, conseqüentemente, analisar como o racismo, fundamento do genocídio, não surgiu na modernidade, mas na própria Grécia antiga entrelaçado com uma compreensão maior do próprio genocídio, ou seja, apresentando o conceito de **maafa**, cunhado pela filósofa negra estadunidense Marimba Ani e sua abrangência quando se discute genocídio do povo negro. Em seguida, na seção “A Filosofia Contra a Maafa” discorremos sobre a Filosofia de Redenção Africana de George James como uma alternativa de combate epistêmico ao projeto de extermínio. E por fim, na última seção “Considerações Finais”, colocamos as conclusões (in) conclusivas de nossas análises e a importância da denúncia ao genocídio da população negra.

A metodologia utilizada é uma metodologia que se aplica enquanto pesquisa básica, pois pretendem-se gerar novas abordagens conceituais a partir das discussões que serão feitas por meio do artigo; compreendemos também que a discussão conceitual muitas vezes está relacionada com preocupações práticas, no caso desta investigação, com um problema do nosso mundo social, que é o racismo e o genocídio. Deste modo, a pesquisa foi de natureza exploratória com cunho bibliográfico, visto que a pesquisa exploratória também abarca o estudo de caso, entrevista, etc. Contudo, no caso desta pesquisa, enfocamos apenas a utilização de ferramentas de análises discursivo-conceituais na utilização da bibliografia trabalhada (FONSECA, 2002, p, 32).

## **RAÇA E RACISMO**

Quando pensa-se em raça e racismo geralmente nos vem à mente a população negra ou o povo judeu por conta do holocausto judaico. Essa artimanha não é aleatória, já que a constru-

ção ou invenção do negro enquanto raça foi uma criação europeia para desumanizar estes corpos e coloca-los como inferiores diante do povo europeu. Achile Mbembe no seu livro *A Crítica da Razão Negra* (2014) discorre de forma profunda na primeira parte de sua obra sobre essa questão:

É possível ficar impressionado com o recurso ao conceito de raça, pelo menos como temos vindo a traçá-lo. Antes de mais, a raça não existe enquanto facto natural físico. A raça não passa de uma ficção útil, de uma construção fantasista ou de uma projecção ideológica cuja função é desviar a atenção de conflitos antigamente entendidos como mais verosímeis - a luta de classes ou a luta de sexos, por exemplo. Em muitos casos, é uma figura autónoma do real, cuja força e densidade podem explicar-se pelo seu carácter extremamente móvel, inconstante e caprichoso. Aliás, ainda há bem pouco tempo, a ordem do mundo fundava-se num dualismo inaugural que encontrava parte das suas justificações no velho mito da superioridade racial. (MBEMBE, 2014, p. 26-27).

O autor demonstra como a palavra raça, antes de mais nada, é um conceito, ou seja, uma construção mental e ficcional direccionada ao corpo negro para se legitimar o mito da superioridade racial. Para Mbembe, deste modo, só é possível falar de raça numa linguagem que não condiz com a própria realidade, mas que representa essa inadequação:

Só nos é possível falar da raça (ou do racismo), numa linguagem totalmente imperfeita, dúbia, diria até desadequada. Por ora, bastará dizer que é uma forma de representação primária. Não sabendo de todo distinguir entre o que está dentro e o que está fora, os invólucros e os conteúdos, ela remete, antes de mais, para os simulacros de superfície. Se aprofundarmos a questão, a raça será um complexo perverso, gerador de medos e de tormentos, de problemas do pensamento e de terror, mas sobretudo de infinitos sofrimentos e, eventualmente, de catástrofes. Na sua dimensão fantasmagórica, é uma figura da nevrose fóbica, obsessiva e, porventura, histérica (MBEMBE, 2014, p. 25).

A conceptualização que o filósofo faz de raça é bastante interessante porque leva-nos a pensar o conceito de raça enquanto um dispositivo que constrói subjetividades, que elabora sujeitos segundo uma lógica racista, mas que parte de uma relação que o Eu (branco) concebe o Outro (negro) como um não-eu, ou seja, um não ser. Mas poderíamos entender raça e racismo apenas sobre esta óptica da modernidade proposta por Mbembe ou poderíamos ir um pouco mais atrás para entender como acontece essa relação? O que veio antes, raça ou racismo? Geralmente a ideia que se tem é que o conceito de raça veio à tona primeiro e que o racismo seria uma prática/sistema da modernidade, no entanto, precisamos pensar um pouco mais sobre isso junto com Carlos Moore.

Nessa reflexão sobre raça e racismo Carlos Moore, assim como Mbembe, nos faz pensar sobre o desenvolvimento dessa ideia e suas habituais contradições, visto que os conceitos de raça e racismo só começaram realmente a serem levados a sério depois da Segunda Guerra Mundial, ou seja, por causa do holocausto judaico. Não é um tanto interessante pensarmos sobre isso?

Como mais de dois séculos de escravização<sup>4</sup> de corpos negros e sua justificação posterior tanto pelo racismo religioso da igreja católica quanto pelo racismo científico, não causou nenhuma criação de uma ONG ou qualquer movimento mundial em prol da população negra?

Moore levanta questões pertinentes quando se trata de pensar sobre o conceito de raça e racismo:

Nesta perspectiva, o surgimento do racismo era considerado fruto do conceito de raça, termo que, etimologicamente, vem do italiano *razza*; este por sua vez tem origem no latim *ratio* e significa categoria e espécie, sentido utilizado pelo famoso naturalista sueco Carl Van Linné (1707 a 1778) para classificar as plantas em 24 classes ou raças. Será que existiria alguma relação de causa e efeito entre a noção de raça e o fenômeno do racismo? O racismo seria apenas uma produção europeia? A sua gênese estaria vinculada, como pensa a maioria das pessoas, à escravização dos africanos, à expansão do capitalismo e, enfim, à chamada modernidade? (MOORE, 2007, p. 21).

Através destes questionamentos iniciais o autor nos leva a colocar em cheque diversas ideias, até mesmo teses infundadas sobre raça e racismo, pois para Moore: “a visão de que o racismo seja uma experiência da contemporaneidade, cujas raízes se inserem na escravização dos povos africanos pelos europeus, a partir do século XVI, não é consistente historicamente” (MOORE, 2007, p. 21). O pensador coloca estes apontamentos porque, para ele, há um elemento decisivo que não foi levado a sério o suficiente para ser pesquisado, isto é, o fenótipo. O fenótipo desde “o início, na Antiguidade, o racismo sempre foi uma realidade social e cultural pautada exclusivamente no fenótipo, antes de ser um fenômeno político e econômico” (MOORE, 2017, p. 22). Desse modo, ele é um elemento objetivo, real, que não se presta a negação ou à confusão. É o fenótipo e não os genes<sup>5</sup>, que configura os fantasmas que nutrem o imaginário social; que serve de linha de demarcação entre grupos raciais. Assim, voltemos a questão sobre o porquê da comoção ao holocausto judeu e nenhuma comoção ao processo de escravização e extermínio dos povos negros africanos, a resposta é fenotípica: porque os judeus não são negros.

Destarte, o que podemos concluir de forma breve por meio das reflexões que Moore nos traz é aquilo que ele defende em todo seu livro, “o racismo é um fenômeno eminentemente histó-

---

<sup>4</sup> Escolhemos o termo escravização e não escravidão porque entendemos, juntamente com Elizabeth Harkot-de-LaTaille e Adriano Rodrigue dos Santos em seu artigo “Sobre escravos e escravizados: percursos discursivos da conquista da liberdade” que o termo escravizado para se referir à escravidão negra tem como propósito resgatar o contexto e a relação histórico-social referente ao período escravocrata, evocando ressonâncias semânticas do pressuposto de responsabilização e de opressão pelo processo de escravidão. Escravizado, nessa perspectiva, remete a um campo semântico distinto daquele construído e constituído em torno do vocábulo escravo. Escravo conduz ao efeito de sentido de naturalização e de acomodação psicológica e social à situação, além de evocar uma condição de cativo que, hoje, parece ser intrínseca ao fato de a pessoa ser negra, sendo desconhecida ou tendo-se apagado do imaginário e das ressonâncias sociais e ideológicas (LA TAILLE; SANTOS, 2012, p.8). Enquanto, que escravizado coloca entonação de aquele sujeito foi colocado nessa situação e não que nasceu assim. Por isso, escravização é então o processo de se escravizar, enquanto escravidão remete a sujeitos que já seriam escravos.

<sup>5</sup> Para compreender mais sobre os termos fenótipos (marca) e genes (origem) nas relações raciais, sugerimos a leitura do artigo “Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem” do sociólogo brasileiro Oracy Nogueira.

rico ligado a conflitos reais ocorridos na história dos povos” (MOORE, 2007, p. 38), ou seja, podemos, nós, negros/as existir e existirmos entre diversos povos além dos povos europeus faz parte das relações inter-humanas, mas não nos esqueçamos que o principal fator racial da diferença é o fenótipo. Por isso Moore, expõe o racismo presente em diversos textos religiosos antigos, principalmente indianos, no qual o fator da discriminação com os de pele mais escura fica explícito. É intrigante a tese que Moore defende, já que desmonta algumas crenças científicas que estamos habituados a repetir e diante disso o referido pensador negro questiona se a “xenofobia” dos Gregos e dos romanos não seria um “proto-racismo” e investiga intensamente tal questão para demonstrar como havia um proto-racismo nos gregos por meio de pensadores como Plínio, Aristóteles, Platão:

A originalidade do proto-racismo do grego foi ter erguido na história fundamentos ideológicos para um princípio de pureza racial com base no sangue, no compartilhar de um mesmo genos, e aliá-los à construção de um modo de produção escravista como instituição capaz de determinar e subjugar o outro politicamente e, ao mesmo tempo, gerar o excedente produtivo necessário para a auto-reprodução de um grupo racial predominante (MOORE, 2007, p. 75).

Toda a lógica imprimida pelos gregos no seu sistema de escravidão é bem semelhante ao sistema escravista imposto aos negros africanos no século XVI. Coincidência? Com certeza não. O que podemos examinar nesse argumento colocado por Moore é que o racismo não é um sistema de opressão que passou a existir somente na modernidade, mas que já estava germinando muito antes disso. Quem também defendia essa ideia, de uma outra forma diferente, isto é, a “origem” da filosofia ou da ciência e artes, era o filósofo estadunidense George James. Colocaremos aqui um breve apontamento feito pelo filósofo, já que retornaremos a ele mais à frente. Para James:

Os verdadeiros autores da filosofia Grega não foram os Gregos; mas as pessoas do Norte de África, comumente chamadas os Egípcios; e o louvor e honra falsamente dado aos Gregos durante séculos pertence ao povo do Norte da África, e, portanto, para o Continente Africano. Consequentemente, este roubo do legado dos Africanos pelos Gregos levaram à opinião mundial errônea de que o Continente Africano não fez nenhuma contribuição para a civilização, e que as suas pessoas são naturalmente atrasadas. Esta é a deturpação falsa representação que se tornou a base do preconceito de raça, que afetou todas as pessoas de cor (JAMES, 2018, p. 22).

A tese de James é muito notável e traz à tona algo não muito comentado e que é invisibilizado - a contribuição dos gregos e das ideias europeias, que seguiram o purismo grego, para o racismo e o genocídio da população negra africana por meio da ideia de que estes povos são inferiores e incivilizados. Aprofundaremos essa questão mais à frente.

Ainda pensando junto com Moore, qual será a causa do racismo? Apenas uma indiferença? Falta de entendimento? Para o pensador a resposta é “não”, visto que este sistema foi justificado pelas mentes mais “inteligentes” do ocidente. Portanto, o racismo é fruto de uma insensibilidade que faz com que pessoas (brancas) se sensibilizem mais com o sofrimento de um ca-

chorro do que com uma pessoa de pele escura (MOORE, 2007, p. 23). Seguindo o caminho de Carlos Moore;

Não há sensibilidade na falta de acesso da população negra aos direitos sociais mais elementares como educação, habitação e saúde (...). O racista nega esse quadro e, o que é pior, justifica-o. Ele combate de maneira ferrenha qualquer proposta tendente a modificar o status quo sociorracial, usando dos mais variados argumentos universalistas, integralistas e republicanos (...). O racismo retira a sensibilidade dos seres humanos para perceber o sofrimento alheio, conduzindo-os inevitavelmente à sua trivialização e banalização (MOORE, 2007, p.23).

Assim conseguimos compreender a difícil tarefa de enfrentamento ao racismo, pois sua capacidade de atuação se dá até mesmo pela sua negação. Mas isso em nenhum momento nos fez calar diante dessa situação e cruzarmos os braços; pessoas negras resistem. Adentraremos mais no processo de resistência ao entendermos que o racismo fundamenta aquilo que chamamos de genocídio da população negra ou *maafa*. Mas antes, é bom deixar elucidado: raça é um conceito utilizado para diferenciação de grupos étnicos e que foi utilizado para legitimar os grupos brancos europeus como não pertencentes a nenhuma raça, como superiores, e é aí onde vemos a relação com o racismo, um sistema de hierarquização e opressão que cria a ficção de uma raça superior se sobrepondo a outra inferior (MBEMBE, 2014; MOORE, 2007).

## **MAAFA: GENOCÍDIO DA POPULAÇÃO NEGRA E CONTRA-GENOCÍDIO**

A palavra genocídio é constituída pelo prefixo grego *genos* (que significa raça, ou tribo) com o sufixo de origem latina *cídio* (em inglês, *cide*), que deriva do vocábulo latino *caedere*, que significa matar (LIPPI, 2011, p. 9). Entretanto, a conceituação sobre Genocídio não é algo novo no debate político e acadêmico, e pode ser apresentado sob diferentes prismas, como por exemplo, na concepção jurídica, política, acadêmica bem como na utilização conceitual utilizada nas políticas públicas (ALVES, 2017, p.2).

O conceito de genocídio foi criado por Raphael Lemkin no final da Segunda Guerra Mundial e o mesmo buscou junto à Organização das Nações Unidas (ONU), que fosse elaborada uma convenção contra o genocídio como algo que descrevesse "ataques a todos os aspectos da nacionalidade - físicos, biológicos, políticos, sociais, culturais, econômicos e religiosos" (Power, 2004, p.66). O termo "genocídio" na visão de Lemkin, contemplava a noção da destruição do grupo como objetivo principal desse crime. Os atos seriam sempre direcionados aos grupos, e aos indivíduos que são selecionados por fazerem parte desses grupos (LEMKIN, 1944).

Ao construir o conceito de Genocídio, Lemkin enfrentou algumas dificuldades, pois a comunidade jurídica internacional demorou (não acolheu) para "acolher" o termo na forma como constava e depois foram acontecendo algumas mudanças.



Essa exposição sobre o conceito de genocídio é para conseguirmos entender como este conceito e sua prática se aplicam a população negra, no caso, a brasileira, pois foi o ativista e intelectual negro Abdias do Nascimento quem utilizou pela primeira vez esse conceito para entender o projeto de extermínio que acomete a população negra brasileira, em sua obra: *Genocídio do Negro Brasileiro: processo de um racismo mascarado* de 1978. Nessa obra Abdias nos traz uma visão crítica importantíssima contra o mito da democracia racial<sup>6</sup> demonstrando como este faz parte de um projeto genocida que pretendeu (pretende) exterminar a “mancha” negra do Brasil: “a ferramenta mais eficaz de genocídio físico e espiritual do povo negro tem sido a mística manipuladora de branqueamento da população brasileira (Nascimento, 1978, p.59).

No decorrer da mesma obra, Abdias do Nascimento discorre sobre o **genocídio** e o linchamento social dos Africanos, contextualizando o uso do conceito de genocídio e explicando as condições reais dadas ao Africano livre no Brasil. Compreendendo que, ao longo da época da escravidão 1530-1888, o Brasil realizou uma política de liquidação sistemática do Africano. Desde a abolição legal da escravidão em 1888 até o presente, este regime foi continuado por meio de vários mecanismos bem definidos de opressão e de extermínio, deixando a supremacia branca sem ameaças no Brasil. (NASCIMENTO, 1979, p.59).

E no transcorrer do livro “Genocídio do Negro Brasileiro”, Abdias apresenta como o processo de aculturação ou inclusão do negro na sociedade brasileira também ocorreu de forma genocida, assim como o estupro da mulher negra africana; ideologia do branqueamento, e assim por diante:

Para a solução deste grande problema- a ameaça da "mancha negra" -já vimos que um dos recursos utilizados foi o estupro da mulher negra pelos brancos da sociedade dominante, originando os produtos de sangue misto: o mulato, o pardo, o moreno (...). O crime de violação cometido contra a mulher negra pelo homem branco continuou como prática normal através das gerações. Situado no meio do caminho entre a casa grande e a senzala, o mulato prestou serviços importantes à classe dominante; durante a escravidão ele foi capitão-de-mato, feitor, usado noutras tarefas de confiança dos senhores, e, mais recentemente, o erigiram como um símbolo da nossa "democracia racial". Nele se concentraram as esperanças de conjurar a "ameaça racial" representada pelos africanos. E estabelecendo o tipo mulato como o primeiro degrau na escada da branquificação sistemática do povo brasileiro, ele é o marco que assinala o início da liquidação da raça negra no Brasil. O processo de mulatização, apoiado na exploração sexual da negra, retrata um fenômeno de puro e simples genocídio. Com o crescimento da população mula-

---

<sup>6</sup> Democracia racial, a rigor, significa um sistema racial desprovido de qualquer barreira legal ou institucional para a igualdade racial, e, em certa medida, um sistema racial desprovido de qualquer manifestação de preconceito ou discriminação. Do ponto de vista do discurso legal, cidadãos negros passariam a desfrutar de uma igualdade de direitos e oportunidades em relação aos brancos em todas as áreas da vida pública: educação, emprego, moradia, terra, saúde, lazer, etc. (DOMINGUES, 2005, p.3). O termo “mito” junto a Democracia Racial, foi inserido pelo movimento negro brasileiro para denunciar a democracia racial como um mito, ou seja, algo irreal, uma ilusão utilizada para alienar a população negra e negar a existência do racismo supondo que vivemos em um paraíso racial (NASCIMENTO, 1979; GONZALEZ, 1988).

ta a raça negra está desaparecendo sob a coação do progressivo clareamento da população do país (NASCIMENTO, 1978, p.69-70).

Ou seja, diversas formas, como tentáculos que perfuram os corpos negros, de exterminar o corpo da negra e do negro no Brasil. O que faz Abdias na sua obra é uma denúncia extremamente relevante sobre como o Brasil tratou os povos negros africanos e seus descendentes.

Trazer o conceito de **genocídio** para o jogo conceitual, no que tange a analisar a situação da população negra no Brasil, é uma forma prático-político de combater esse projeto. Por isso o **genocídio** enquanto fenômeno constitui a luta dos movimentos negros na tentativa de tornar visíveis os problemas provenientes das discriminações raciais que marginalizam as possibilidades vitais da presença negra no mercado de trabalho, no sistema educacional, político, social e cultural (Domingues, 2008). Ao longo dos anos, os movimentos sociais negros não alteraram a essência de luta, a constante denúncia ao preconceito racial é a grande pauta destes movimentos, buscando acentuar que o problema da desigualdade no Brasil está longe de ser apenas de classe, visto que o problema também é racial. E assim devemos ouvir o que Abdias do Nascimento tem a defender:

Caracteriza-se o racismo brasileiro por uma aparência mutável, polivalente, que o torna único; entretanto, para enfrentá-lo faz-se necessário travar a luta característica de todo e qualquer combate anti-racista e anti-genocida. Porque sua unicidade está só na superfície, seu objetivo último é a obliteração dos negros como entidade física e cultural” (NASCIMENTO, 1978, p. 136).

O genocídio da população negra<sup>7</sup> é como uma máquina de triturar/exterminar corpos negros por meio da desigualdade racial atrelada ao sistema racista; se há racismo, há genocídio, pois o racismo é um sistema que busca eliminar o grupo racial considerado “perigoso” ao grupo racial dominante. Por isso devemos entender a relação que existe entre genocídio e racismo, já que genocídio é exatamente a violência imprimida em um grupo étnico-racial como tática para exterminá-lo, e o que fundamenta de forma teórico-prática essa violência é o racismo, a ideia de uma superioridade racial. Mas por que este conceito foi surgir apenas após a Segunda Guerra Mundial? Já argumentamos o porquê no início desse artigo. No entanto, voltemos novamente a essa questão, pois é importante que pensemos outra vez sobre ela.

No começo do artigo foi citado o conceito de **maafa**, retomemos para compreender melhor. Para iniciar, maafa não é genocídio. O conceito foi cunhado pela filósofa negra estadunidense Marimba Ani no seu livro *Yurugu - uma crítica africano-centrada do pensamento e comportamento cultural europeu* de 1994 e aprofundado na obra *Let the Circle Be Unbroken: The Implications of African Spirituality in the Diaspora* (Deixe o Círculo Ininterrupto: As Implica-

ções da Espiritualidade Africana na Diáspora) de 1998, e significa os fenômenos de sequestro, cárcere, escravidão, colonização, objetificação, guetificação e genocídio que a população negra, independente da territorialidade, sofre diretamente desde 1500 (ANI, 1994). Maafa é, desta maneira, o processo de sequestro e cárcere físico e mental da população negra africana, além do surgimento forçado da afrodiáspora e corresponde, em Swahili, à “grande tragédia”, à ocorrência terrível, ao infortúnio de morte, que identifica os 500 anos de sofrimento de pessoas de herança africana através da escravidão, imperialismo, colonialismo, apartheid, estupro, opressão, invasões e exploração.

Dessa forma, o termo **maafa** vai para além de genocídio e este acaba sendo um dos aspectos da maafa. É um termo que tenta nos fazer entender a dimensão desse projeto de extermínio contra a população negra e a sua abrangência. Compreende-se que assim como não há como falar sobre racismo sem falar sobre genocídio, do mesmo modo ocorre com a maafa. Falar de genocídio da população negra é expressar a maafa, pois por mais que entendamos que isso ocorra no Brasil, é de extrema relevância que compreendamos que isso ocorre em nível mundial. Negras e negros são mortas/os em quase todo o mundo todo dia; coletivamente somos exterminados/as e é necessário que coletivamente combatamos isso.

Diferentemente de genocídio, maafa é um termo africano de uma língua africana para identificar um fenômeno que ocorre contra africanos e seus descendentes, ou seja, muito antes de genocídio há maafa e é combatendo a maafa que podemos, quem sabe um dia, nos libertarmos da situação em que vivemos. Abdias não escreveu expressamente sobre maafa, mas combateu-a durante toda a sua vida, igualmente diversas negras e negros brasileiros e do continente Americano e Africano: Nzinga Angola, Zumbi dos Palmares, Dandara, Dessalines, Harriet Tubman, Marcus Garvey, George James, Lélia Gonzalez, Abdias do Nascimento, Beatriz do Nascimento, Kwame Nkrumah, Patrice Lumumba etc. Só para citar algumas e alguns.

Retomemos a outra questão: E o que a filosofia ou as ciências humanas tem a ver com a maafa e como podem combater-la? Um dos autores citado foi o filósofo já apresentado aqui, George James, intelectual negro esquecido e relegado há um limbo acadêmico, que escreveu uma obra que se coloca contra todo esse processo e apresenta uma proposta que combate esse projeto de extermínio.

## A FILOSOFIA CONTRA A MAAFA

---

<sup>7</sup> Ao tratarmos do genocídio da população negra é importante ressaltar que temos tido pesquisas que tem apontado a importância de análises discursivas deste fenômeno para a luta contra o racismo cometido contra o negro brasileiro (PAIVA, BONFIM, SILVA, 2021, no prelo).

Pensar a construção da Filosofia sobre outras perspectivas que não a eurocêntrica nos coloca em outros patamares de discussão sobre produção filosófica e até mesmo sobre o que seria a própria filosofia. Mexer com a filosofia é mexer com o “bichinho de pelúcia do Ocidente”<sup>8</sup>, pois é algo quase que intocável em termos de mudar o centro da produção filosófica, que há bastante tempo a Europa vem se colocando enquanto tal, para outro centro de produção, no caso, a África e a América. Nos termos do filósofo negro estadunidense Charles W. Mills (1999, p.13) “a filosofia é a mais branca dentre todas as áreas no campo das humanidades”, ou seja, mais eurocêntrica.

A dificuldade de se reconhecer outras formas de filosofia além das europeias parte de uma ideia de purismo filosófico que já sabemos de onde vem, Grécia. Para conseguirmos, quem sabe alguém dia, mudar a realidade do racismo epistêmico<sup>9</sup> existente das ciências humanas é necessário que mudemos sua base filosófica, muito das dificuldades que as pesquisadoras/os negras/os enfrentam dentro das ciências humanas provêm da própria base filosófica, que é racista. Assim, não adiantará de nada um discurso antirracista dentro das ciências humanas se a base filosófica continuar racista e deste modo contribuir para a maafa. Seguindo esta argumentação, trata-se de analisar o último capítulo da obra *Legado Roubado: Filosofia Grega é Filosofia Egípcia roubada* do filósofo negro estadunidense George James publicada em 1954, *Reforma Social através da nova Filosofia de Redenção Africana*.

Nesse capítulo nos debruçamos sobre sua tese que propõe uma nova reeducação dos povos negros e brancos por meio da divulgação da verdade que foi negada, isto é, que a filosofia grega não é nada mais do que um **roubo epistêmico** do que era estudado pelos sacerdotes egípcios nos Mistérios. Isso também vai significar uma mudança importante na mentalidade das pessoas pretas; uma mudança de um complexo de inferioridade, para a realização e consciência de sua igualdade com todos os outros grandes povos do mundo, que construíram grandes civilizações.

Com esta mudança na mentalidade do povo preto e branco, grandes mudanças também são esperadas em suas respectivas atitudes em relação ao outro, e na sociedade como um todo (JAMES, 2001, p. 232). Segundo James, este é “o legado do Continente Africano para as nações

---

<sup>8</sup> Crítica tecida por Renato Nogueira numa entrevista dada ao jornal O Globo em 2015, disponível no endereço: <https://oglobo.globo.com/sociedade/conte-algo-que-nao-sei/renato-nogueira-professor-pensador-filosofia-o-bichinho-de-pelucia-do-ocidente-15415321>.

<sup>9</sup> Racismo epistêmico é o privilégio epistêmico de homens e mulheres brancos/as ocidentais sobre o conhecimento produzido por outros corpos políticos e geopolíticas do conhecimento. A inferiorização dos conhecimentos produzidos por homens e mulheres negros/as e indígenas tem dotado os/as brancos/as ocidentais do privilégio epistêmico de definir o que é verdade, o que é a realidade e o que é melhor para os demais. Essa legitimidade e esse monopólio do conhecimento dos/das branco/as ocidentais tem gerado estruturas e instituições que produzem o racismo epistêmico, desqualificando outros conhecimentos e outras vozes críticas frente aos projetos imperiais/coloniais/patriarcais que regem o mundo (GROSFOGUEL, 2013, p. 25).

do mundo. O continente Africano lançou as bases culturais do progresso moderno e, portanto, ela e seu povo merecem a honras e louvores que durante séculos foram falsamente dadas aos Gregos” (JAMES, 2001, p. 230). Será que o povo negro africano é reconhecido por isto? Averiguamos que não, do contrário não estaríamos escrevendo esse trabalho para mostrar a grandiosidade da população negra.

Antes de adentrarmos na importância do último capítulo, é importante elaborar uma breve demonstração desta. A obra *O Legado Roubado: Filosofia Grega é Filosofia Egípcia Roubada* já começa com uma provocação: “O termo filosofia Grega, para começar, é um equívoco, pois não há tal filosofia em existência” (JAMES, 2001, p.2). Quando publicada em 1954, a obra teve uma repercussão bem grande nos Estados Unidos, contudo, foi bastante criticada, pois teria argumentos não científicos e seria maçônica demais. Mais de 50 anos após sua publicação, até hoje ainda continua sua polêmica, simplesmente por defender a tese de

Que os verdadeiros autores da filosofia Grega não foram os Gregos; mas as pessoas do Norte de África, comumente chamadas os Egípcios; e o louvor e honra falsamente dado aos Gregos durante séculos pertence ao povo do Norte da África, e, portanto, para o Continente Africano. Consequentemente, este roubo do legado dos Africanos pelos Gregos levaram à opinião mundial errônea de que o Continente Africano não fez nenhuma contribuição para a civilização, e que as suas pessoas são naturalmente atrasadas. Esta é a deturpação falsa representação que se tornou a base do preconceito de raça, que afetou todas as pessoas de cor (JAMES, 2001, p. 22).

Por que uma tese como essa incomoda tanto? De acordo com Renato Noguera, “o trabalho de James é uma provocação incisiva, contra-narrativa e anti-hegemônica” (NOGUERA, 2014, p.55), ou seja, não segue os acordos universalistas do ocidente sobre o que é filosofia, mas propõe outra forma de enxergar a filosofia, coisa que muito abala os alicerces da filosofia acadêmica ocidental.

A obra é composta de nove capítulos extremamente pertinentes e que nos fazem refletir sobre a relação entre Egito e Grécia, como diversos filósofos gregos beberam das fontes da filosofia egípcia e nenhum reconheceu sua autoria ou mencionou ela. E no que diz respeito ao fato de que o Egito foi o maior centro de educação do mundo antigo, que também foi visitado pelos Gregos.

Neste artigo nos interessa mais o capítulo IX *Reforma Social através da Nova Filosofia de Redenção Africana*, visto que é nesse capítulo onde o filósofo irá propor uma nova filosofia e outra perspectiva sobre tal. Aqui o filósofo sintetiza sua tese discorrendo que a criação da história da filosofia grega por Aristóteles e seus discípulos é o início de toda má compreensão com relação ao continente Africano, todo o processo de sua inferiorização e da ideia falaciosa de continente Africano seria atrasado.

James acredita numa reforma racial, mas para tal é necessário que as melhores mentes dos dois grupos raciais, brancos e pretos, cooperem para que isso seja possível, e uma dessas possibilidades é a partir da reeducação das relações raciais:

Isto, eu sugiro, deve ser feito por disseminação mundial da verdade, através de um sistema de reeducação, a fim de estimular e encorajar uma mudança na atitude de raças em relação à outra ao combinar seus esforços, ambas as raças devem, não apenas pregar e ensinar a verdade que o sistema de Mistério do Continente Africano deu ao mundo filosofia e religião, e as artes e ciências, mas eles devem fazer com que todos os falsos elogios aos Gregos sejam removidos dos livros didáticos de nossas escolas e faculdades, porque esta é a prática que tem vendado os olhos do mundo, e que lançou as bases para as deploráveis relações raciais do mundo moderno (JAMES, 2001, p. 235).

No entanto, os verdadeiros propulsores da ideia de uma filosofia grega genuína não foram tanto os ditos pré-socráticos, mas os socráticos e pós-socráticos, principalmente os atenienses:

Os jônios e italianos nunca tentaram sustentar que eram autores da filosofia, porque eles tinham plena consciência que os egípcios eram os verdadeiros autores. De outro lado, após a morte de Aristóteles, seus alunos atenienses, sem a autoridade do estado, incumbiram-se de compilar a história da filosofia, reconhecida naquele tempo como Sofia ou Sabedoria dos Egípcios, a qual tinha se tornado comum e tradicional no mundo antigo, esta compilação, porque foi produzida pelos alunos da escola aristotélica, posteriormente foi chamada erroneamente de filosofia grega, a despeito do fato de que os gregos eram seus grandes inimigos e perseguidores, e a tenham persistentemente tratado como uma inovação estrangeira. Por esta razão, a então chamada filosofia grega é roubada da filosofia egípcia, que primeiro espalhou-se pela Jônia, depois pela Itália e por fim para Atenas. E deve ser lembrado que neste curto período da história grega, isto é, de Thales a Aristóteles 640 a.C. – 322 a.C. os jônios não eram cidadãos gregos, mas colônias do Egito e depois da Pérsia (JAMES, 2001, p.10).

A violência do não reconhecimento da filosofia egípcia dissemina a ideia de que os negros africanos e o continente africano nunca seriam capazes de produzir nenhum conhecimento e esta concepção se alastra em toda a filosofia e por conseguinte nas ciências humanas. James nos dá uma proposta no seu último capítulo: “A Filosofia de Redenção Africana”. O referido filósofo acredita que a partir da nova Filosofia de redenção Africana que expôs a artimanha, que a filosofia grega não é grega, os pretos seriam tratados de forma diferente, seriam tratados com honras e louvores, isto é, da forma adequada.

O objetivo do livro não é apenas propor uma nova reforma racial e pesquisa científica, mas também o de cultivar o orgulho no próprio povo preto e para oferecer-lhes uma nova filosofia de redenção africana como *modus operandi* de alcançar a reforma racial (JAMES, 2001, p. 238). E ela consiste numa simples proposição: “Os gregos não foram os autores da filosofia grega, mas o povo Preto da África do Norte, os egípcios” (JAMES, 2001, p. 238).

A filosofia de redenção é um processo psicológico, envolvendo uma mudança de crença ou mentalidade a ser seguida por uma correspondente mudança de comportamento, ela realmente significa uma emancipação mental e essa só é possível quando se muda o foco de valores e produção de conhecimento - quando não se tem mais a Europa como centro, mas sim seu próprio sistema de valores, isto é, africanos.

A filosofia de redenção africana é uma filosofia contra a maafa, conta o genocídio, pois seu objetivo é humanizar as pessoas negras e mostrar como sua história também é grandiosa e contribuiu imensamente para todo o mundo. Se começarmos a combater a concepção que diz que a filosofia é grega estaremos contra essa opinião errônea sobre as pessoas pretas, ideia que tem prejudicado seriamente a população preta através dos séculos até os tempos modernos em que parece ter chegado a um clímax na história das relações humanas: a ideia de que os negros e as negras africanos são incivilizados. E essa tarefa cabe a todas e todos:

Ambos os grupos foram vítimas comuns de deseducação decorrentes de uma falsa tradição sobre o Continente Africano e ela os levou a desenvolver atitudes de acordo com sua crença comum: os Brancos, um complexo de superioridade; e os Pretos, o correspondente complexo de inferioridade; e, se quisermos realizar uma reforma em relações raciais é óbvio que ambos os grupos raciais devem combinar seus esforços no abandono e destruição daquela mentalidade a qual tem mergulhado o povo Preto em sua situação social (JAMES, 2001, p. 235).

Ou seja, combater a maafa e o racismo deveria ser um compromisso de todas e todos, mas sabemos que isso não ocorre. James assume que isso seria possível, mas sempre pensamos: “Será mesmo que é?” Questionamentos para outros desdobramentos, nesse momento fiquemos com as proposições de James. A filosofia de redenção africana é um novo olhar sobre a própria filosofia e uma possibilidade que cria formas de bater de frente com o projeto de extermínio do povo negro, movimentamos com esse pensador porque consideramos que ele seja essencial para elaborarmos novos projetos de humanização. Aparentemente, essa simples concepção defendida a todo custo por muitas/os pensadoras/es do ocidente “a filosofia é grega”, carrega uma violência enorme e contribui de forma direta para maafa. É um senso comum essa proposição e combatê-la é brigar, assim como coloca Joel Rufino dos Santos; “para brigar contra ele (racismo) será preciso antes, desmontar esses argumentos e teses” (SANTOS, 1984, p.9).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto de extermínio da população negra é algo que deve ser combatido de várias formas, uma delas é criticando a base filosófica ou ideias/argumentos que fundamentam e legitimam tremenda violência. Os conceitos de genocídio e maafa são ferramentas de compreensão que tentam nos demonstrar a horrorosidade que é a violência que acomete a população negra. Ativistas do Movimento Negro e intelectuais negras/os fizeram de tudo para denunciar e combater diretamente toda essa violência e hoje continuamos com esse compromisso de lutar pela vida da população negra, pela produção de conhecimento negro e principalmente a continuidade de nossa ancestralidade/cultura.

A filosofia de redenção africana foi uma dessas formas de afrontar a hegemonia do pensamento filosófico europeu. James acabou sendo esquecido e relegado a um limbo de não-

cientificidade do seu trabalho, assim como muitas/os das/dos nossas/os são, e que são lembrados por nós mesmos. Buscamos aqui assegurar a grandiosidade da obra de James e sua contribuição, pois como já havíamos dito: combater a maafa e o racismo sem enfrentar a base filosófica que a fundamenta não faz sentido.

Preocupa-nos muito tais argumentos que são por vezes legitimados e não são problematizados, já que o ofício da filósofa /o é problematizar o senso comum. E a mudança de mentalidade para a qual este filósofo nos conduz, pois não basta dizer que é anti-genocídio se seu pensamento ainda é eurocentrado, só poderá ser possível por meio de uma disseminação mundial da artimanha discriminatória de desmerecimento da produção filosófica egípcia, através de um sistema de reeducação, a fim de estimular e encorajar uma mudança na atitude de raças em relação à outra ao combinar seus esforços, ambas as raças devem, não apenas comunicar e ensinar a verdade que o sistema de Mistério do Continente Africano deu ao mundo; filosofia, religião, às artes e ciências, mas deve-se fazer com que todos os falsos elogios aos Gregos sejam removidos dos livros didáticos de nossas escolas e faculdades, porque esta é “a prática que tem vendado os olhos do mundo, e que lançou as bases para as deploráveis relações raciais do mundo moderno” (JAMES, 2001, p. 236).

Será essa reeducação possível? É uma questão que devemos pensar. Antes de tentarmos tal empreitada é importante que nos voltemos para as pessoas que sofrem cotidianamente a maafa e nos conscientizarmos de que isso ocorre conosco para que assim possamos pelo menos mudar uns nos outros. Pelo visto a maafa ainda continuará seu reinado, mas enquanto estivermos vivos continuaremos resistindo. A retomada do pensamento de James, de Abdias e outras/os, é um modo de observamos onde erramos e onde poderemos mudar.

## REFERÊNCIAS

ANI, Marimba. **Yurugu - uma crítica africano-centrada do pensamento e comportamento cultural europeu.** Trenton, Africa Word Press, 1994. Disponível em: <https://estahorareall.wordpress.com/2015/08/07/dr-marimba-ani-yurugu-uma-critica-africano-centrada-do-pensamento-e-comportamento-cultural-europeu/>. Acessado em: 05 de julho 2020.

ALVES, Joyce Amâncio de Aquino. Violência racial a construção social do "genocídio da população negra". **41º Encontro Anual da Anpocs.** Caxambu – MG, Outubro, 2017. Disponível em: <https://www.anpocs.com/index.php/papers-40-encontro-2/spg-4/spg27-1/11020-violencia-racial-e-a-construcao-social-do-genocidio-da-populacao-negra/file>. Acessado em: 09 de julho 2020.

DOMINGUES, Petrônio. *Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos.* **Tempo**[online]. 2007, vol.12, n.23. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/tem/v12n23/v12n23a07.pdf>. Acessado em 10 de julho 2020.



DOMINGUES, Petrônio. O mito da democracia racial e a mestiçagem no Brasil (1889-1930). **Diálogos Latinoamericanos**, volume 6 números 10. Disponível: Retrieved from <https://tidsskrift.dk/dialogos/article/view/113653>. Acessado em: 30 de Agosto de 2020.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

GROFOGUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Revista Sociedade e Estado** – Volume 31 números 1 Janeiro/Abril 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/se/v31n1/0102-6992-se-31-01-00025.pdf>. Acessado em: 27 de Agosto de 2020.

JAMES, George G. M. **Stolen Legacy: The Greeks were not authors of Greek Philosophy but people of North Africa commonly called Egyptians**. Africa American: Images, 2001.

LA TAILLE, Elizabeth Harkot de; SANTOS, Adriano Rodrigues dos. Sobre escravos e escravizados: percursos discursivos da conquista da liberdade. **III Simpósio Nacional Discurso, Identidade e Sociedade (III SIDIS) DILEMAS E DESAFIOS NA CONTEMPORANEIDADE**, Campinas- SP, 2012. Disponível em: [https://www.iel.unicamp.br/sidis/anais/pdf/HARKOT\\_DE\\_LA\\_TAILLE\\_ELIZABETH.pdf](https://www.iel.unicamp.br/sidis/anais/pdf/HARKOT_DE_LA_TAILLE_ELIZABETH.pdf). Acessado em: 30 de junho de 2020.

LIPPI, Camila Soares. A importância da obra de Raphael Lenkim para a elaboração da Convenção sobre Genocídio. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História –ANPUH**. São Paulo, julho 2011.

LEMKIN, Raphael. **Les actes constituant un danger general (interétatique) consideres comme delites des droit des gens**. Paris: Librairie de la cour d'appel ed de l'order deadvocates, 1933. Disponível em: <http://www.preventgenocide.org/fr/lemkin/madrid1933.htm>, acessado no dia 30 junho de 2020.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. Tradução: Marta Lança. 1º ed. Lisboa - Portugal: Antígona, 2014.

MOORE, Calos. **Racismo e sociedade: novas bases epistemológicas para entender o racismo**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2007.

NOGUERA, Renato. **O ensino de filosofia e a lei 10.639**. 1.ed. Rio de Janeiro: Pallas: Biblioteca Nacional, 2014.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

PAIVA, Francisco; BONFIM, Marco Antonio; SILVA, Francisco Erik. O genocídio da população negra na periferia e a luta do Movimento Negro Unificado no Brasil: uma Análise de Discurso Crítica. In: BATISTA-JÚNIOR, J. R. (Org). **Campos, Práticas e Protocolos de Pesquisa em Análise de Discurso Crítica**. São Paulo: Parábola Editorial, 2021 (no prelo).

## **Francisco Erik Washington Marques da Silva**

Militante do Movimento Negro Unificado do Ceará (MNU-CE). Graduado em Filosofia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Mestrando do Mestrado Acadêmico Interdisciplinar em História e Letras (MIHL) da Universidade Estadual do Ceará (UECE, campus Quixadá) vinculado a linha 2: Gênero, raça e identidade e Integrante do Grupo de Estudos Discurso, Identidades, Raça e Gênero - GEDIRG - UECE. E-mail: francisco.erik@aluno.uece.br.

---

## **Marco Antonio Lima do Bonfim**

Militante do Movimento Negro Unificado do Ceará. Bolsista de Pós-doutorado (PNPD-CAPES) no Mestrado Acadêmico Intercampi em Educação da Universidade Estadual do Ceará, UECE. Doutor em Linguística Aplicada, professor do Mestrado Acadêmico Interdisciplinar em História e Letras (MIHL - UECE) e coordenador, na linha de pesquisa Gênero, Raça e Identidades, do Grupo de Estudos Discurso, Identidades, Raça e Gênero - GEDIRG/UECE. E-mail: marco.bonfim@uece.br.

---